

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 073, DE 14 DE JUNHO DE 2012.**

“Altera a Lei Municipal nº. 3.611, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece normas para solicitação de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais e suas renovações, e dá outras providências.”.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º.** Fica criado o Parágrafo único, no art. 18, da Lei Municipal nº. 3.611, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece normas para solicitação de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais e suas renovações, com a seguinte redação:

**“Art. 18. (...).**

**Parágrafo único.** A Secretaria responsável pelo andamento dos processos de que trata esta Lei, terá o prazo máximo de 30(trinta) dias, contados da protocolização do pedido, junto ao Protocolo Geral, para realizar os trâmites necessários ao seguimento do processo, ou informar a impossibilidade do pedido, quando for o caso, de forma fundamentada.”.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 14 de junho de 2012.

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**

Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

Sigrid Pesenatto.  
Secretária da Administração.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o projeto de Lei Municipal nº. 073, de 14 de junho de 2012, que “ **Altera a Lei Municipal nº. 3.611, de 20 de dezembro de 2011, que estabelece normas para solicitação de inscrição, alteração nos cadastros e expedição de licenciamentos municipais referentes ao Alvará de Licença, Alvará Sanitário e Licenças Ambientais e suas renovações, e dá outras providências.**”.

O presente projeto de Lei Municipal tem por objetivo regradar o prazo para que as Secretarias municipais responsáveis pelo andamento dos processos de que trata esta Lei, realizem os trâmites necessários ao seguimento do processo, ou informem, aos administrados, a impossibilidade do pedido, quando for o caso, devendo esta ocorrer de forma fundamentada.

No contexto acima, através da presente alteração, está sendo previsto o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da protocolização do pedido, junto ao Protocolo Geral, para que a Secretaria dê um retorno ao contribuinte, quanto ao seu pedido.

Pretendida alteração tem razão de ser, como forma de dar celeridade aos processos sobre o tema melhorando, desta forma, a prestação do serviço pela administração municipal.

Contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando, também, nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**ERNANI DE FREITAS GONÇALVES**

**Prefeito Municipal**